

CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A.
(Em Recuperação Judicial)

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial
Igaporã - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas São Salvador S.A. - em recuperação judicial, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aprovação das demonstrações contábeis e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações contábeis da Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014 e 2009, bem como as destinações do resultado daqueles exercícios, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e comparativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas no pressuposto de que, apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações contábeis, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, Pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, os planos de recuperação judicial tiveram os seus planos aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, bem como no seu melhor entendimento, a Administração reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial, na data da homologação do plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com abstenção de opinião em 11 de agosto de 2020, quanto às incertezas relacionadas à ausência de aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial e incertezas de continuidade operacional. Com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, nosso entendimento foi que estas incertezas foram superadas para esse exercício.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

CENTRAIS EÓLICAS SÃO SALVADOR S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		3	3	Fornecedores	4	198	14.815
Tributos a recuperar		185	95	Tributos a recolher	5	582	621
Despesas antecipadas		170	111	Arrendamentos a pagar	3.2	1	1
Total do ativo circulante		<u>358</u>	<u>209</u>	Partes relacionadas	6	676	347
				Total do passivo circulante		<u>1.457</u>	<u>15.784</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		3	3	Fornecedores	4	12.019	-
Imobilizado	3	60.160	60.153	Tributos a recolher	5	1.224	1.710
Total do ativo não circulante		<u>60.163</u>	<u>60.156</u>	Arrendamentos a pagar	3.2	221	206
				Partes relacionadas	6	4.788	1.972
				Outras contas a pagar		55	-
				Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	-	641
				Total do passivo circulante		<u>18.307</u>	<u>4.529</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
				Capital social		73.566	73.566
				Reserva de capital		44.771	44.771
				Prejuízos acumulados		(77.580)	(78.285)
				Total do patrimônio líquido		<u>40.757</u>	<u>40.052</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>60.521</u>	<u>60.365</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>60.521</u>	<u>60.365</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA (DESPESAS)			
Gerais e administrativas		69	(852)
Amortizações	3.2	(8)	(8)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	3	-	(9.283)
Outras receitas (despesas), líquidas		(900)	(967)
Total	9	(839)	(11.110)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(839)</u>	<u>(11.110)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		-	6
Despesas financeiras		1.544	(3.542)
Total	10	1.544	(3.536)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>705</u>	<u>(14.646)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	-	(3)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>705</u>	<u>(14.649)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)	8.2	0,01	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	705	(14.649)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>705</u>	<u>(14.649)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		73.566	(10.489)	44.771	(63.636)	44.212
Integralização de capital	8.2	-	10.489	-	-	10.489
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.649)	(14.649)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>73.566</u>	<u>-</u>	<u>44.771</u>	<u>(78.285)</u>	<u>40.052</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	705	705
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8	<u>73.566</u>	<u>-</u>	<u>44.771</u>	<u>(77.580)</u>	<u>40.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		705	(14.649)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortizações	3.2	8	8
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	3	-	9.283
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	7	(586)	264
Juros sobre fornecedores e impostos		(1.580)	3.502
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		(90)	(76)
Despesas antecipadas		(59)	(38)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(951)	486
Tributos a recolher		(286)	(569)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(273)	(159)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(3.112)</u>	<u>(1.948)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		3.145	1.976
Pagamento de passivos de arrendamento		(33)	(29)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.112</u>	<u>1.947</u>
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>(1)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3	4
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3	3
REDUÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas São Salvador S.A.– em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Diamantina Eólica Participações S.A.- em recuperação judicial (“Diamantina”) e que faz parte do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A (“AS III – Fase A”), do Grupo Renova que representa as empresas sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A.- em recuperação judicial (“Renova Energia”), holding final do “Grupo Renova”. A Companhia foi constituída em 25 de setembro de 2009 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “São Salvador”, localizado no Estado da Bahia e atualmente encontra-se com as obras de construção de seu ativo paralisadas.

Em regime de autorização, terá toda sua produção comercializada no mercado livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”) – controlada direta da Renova Energia. Segundo Portaria nº 162, de 22 de maio de 2013, da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 22 de maio de 2013. A capacidade de produção instalada do parque eólico é de 18,9 MWh(*).

(*). Informação não examinada pelos auditores independentes.

1.1. Operação comercial

O contrato estabelece que o parque deveria entrar em operação comercial em 1º de julho de 2015, contudo está atrasado. Assim para cumprir com as obrigações de fornecimento previstas no contrato, a Renova Comercializadora compra energia no mercado.

Adicionalmente a controladora indireta Renova Energia, possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e que requerem inclusive a suspensão das referidas Resoluções Autorizativas. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o previsto nos Planos de Recuperação Judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente no último dia 18 de dezembro de 2020. Até a data da emissão das presentes demonstrações financeiras não havia nenhuma modificação no contexto desses procedimentos administrativos.

1.2. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora indireta Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia, e um segundo plano contemplando a Controladora indireta e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade Debtor in Possession (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora indireta Renova Energia e da Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 15.1);
- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 15.2) e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em duas classes conforme apresentado a seguir:

<u>Classes</u>	<u>Saldo aprovado no plano de recuperação judicial</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Classe III - credores quirografários	12.027	50	12.077
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	145	-	145
<u>Total</u>	<u>12.172</u>	<u>50</u>	<u>12.222</u>

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em lucro líquido R\$705 (2019, prejuízo de R\$14.649), possui prejuízos acumulados de R\$77.580 (2019, R\$78.285), e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$1.009 (2019, R\$15.575).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 15.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III – Fase A, iii) em 06 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa do Grupo para cumprimento do plano, (Nota 15.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.2 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 15.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.4. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 11 de junho de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 6).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Imobilizado em curso					
Terrenos	21	-	21	-	21
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.361	-	10.361	-	10.361
Torres de medição	6	-	6	-	6
A ratear	19.487	-	19.487	-	19.487
Aerogeradores	47.193	10.489	57.682	-	57.682
Equipamentos de subestação	41.854	-	41.854	-	41.854
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(60.175)	(9.283)	(69.458)	-	(69.458)
Total do imobilizado em curso	<u>58.747</u>	<u>1.206</u>	<u>59.953</u>	<u>-</u>	<u>59.953</u>
Direito de uso					
Contratos de arrendamento	-	208	208	15	223
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(8)	(8)	(8)	(16)
Total direito de uso	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>200</u>	<u>7</u>	<u>207</u>
Total do imobilizado	<u>58.747</u>	<u>1.406</u>	<u>60.153</u>	<u>7</u>	<u>60.160</u>

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção do parque eólico, cujas obras encontram-se paralisadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto real (calculada pela metodologia wacc) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 5,56% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão constituída em exercícios anteriores.

3.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$2.597, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

3.2 Direito de uso - Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia identificou 3 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 16 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2020</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	32
Direito de uso do ativo arrendado	223	(-) Juros a apropriar	(32)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(16)	Total do passivo circulante	-
	<u>207</u>	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	886
		(-) Juros a apropriar	(665)
		Total do passivo não circulante	<u>221</u>
Ativo total	<u>207</u>	Passivo total	<u>221</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesa	
Amortização direito de uso	8
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>32</u>
Total	<u>40</u>

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	32	32
2022	32	33
2023	32	33
2024	32	33
2025 a 2029	157	165
2030 a 2034	149	165
2035 a 2039	133	165
2040 a 2044	98	165
2045 a 2048	32	127
Total	<u>697</u>	<u>918</u>

4. FORNECEDORES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	50	14.815
Fornecedores recuperação judicial	<u>12.167</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.217</u>	<u>14.815</u>
Apresentados como:		
Circulante	198	14.815
Não circulante	<u>12.019</u>	<u>-</u>
Total	<u>12.217</u>	<u>14.815</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$12.167, sendo R\$12.022 – Classe III e R\$145 - Classe IV.

5. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos em parcelamento	1.762	2.271
Tributos retidos de terceiros	16	34
Outros impostos a recolher	<u>28</u>	<u>26</u>
Total	<u>1.806</u>	<u>2.331</u>
Apresentados como:		
Circulante	582	621
Não circulante	<u>1224</u>	<u>1.710</u>
Total	<u>1.806</u>	<u>2.331</u>

Em dezembro de 2019, a Companhia incluiu saldos a pagar de IRRF, PIS e COFINS no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Mútuo^(a)</u>				
Diamantina	216	-	-	-
<u>Rateio de despesa^(b)</u>				
Renova Energia	676	347	(329)	(262)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(c)</u>				
Diamantina	4.572	1.972	-	-
Total	<u>5.464</u>	<u>2.319</u>	<u>(329)</u>	<u>(262)</u>

- a) Mútuos realizados com a Controladora com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- c) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Diamantina na Companhia, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora indireta Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

7. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia revisou a provisão anteriormente constituída (2019, R\$641) para fazer face aos riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais, ajustando os saldos devidos ao plano de recuperação judicial, e transferindo-o para a rubrica de outras contas a pagar.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 73.566 e está representado por 118.337.083 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	705	(14.649)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	118.337	114.285
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,01</u>	<u>(0,13)</u>

9. DESPESAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Pessoal e administradores	146	237
Serviços de terceiros	30	45
Seguros	312	257
Provisão (reversão) contingências cíveis (nota 7)	(580)	264
Viagens	1	2
Outras	<u>22</u>	<u>47</u>
	(69)	852
Amortizações (nota 3)	8	8
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (nota 3)	-	9.283
<u>Outras despesas</u>		
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	883	896
Licenças e estudos ambientais	<u>17</u>	<u>71</u>
	900	967
Total	<u>839</u>	<u>11.110</u>

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	6
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos	(87)	(1.835)
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 3.2)	(32)	(30)
Outras	<u>(4)</u>	<u>(10)</u>
	(123)	(1.875)
Despesas financeira PRJ		
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	<u>1.667</u>	<u>(1.667)</u>
Total das despesas financeiras	<u>1.544</u>	<u>(3.542)</u>
Total do resultado financeiro	<u>1.544</u>	<u>(3.536)</u>

Nota 1: de acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	705	(14.646)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>(240)</u>	<u>4.980</u>
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	458	(3.318)
Prejuízo fiscal e base negativa	(218)	(1.659)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>-</u>	<u>3</u>

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(640)	(4.879)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(8.220)</u>	<u>(3.341)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(8.860)</u>	<u>(8.220)</u>

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	3	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	198	14.815	198	14.815
Partes relacionadas	676	347	676	347
Não circulante				
Fornecedores	12.019	-	12.019	-
Partes relacionadas	4.788	1.972	4.788	1.972

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	198	-	14.815
Partes relacionadas	-	676	-	347
Não circulante				
Fornecedores	-	12.019	-	-
Partes relacionadas	-	4.788	-	1.972

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.2. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

13. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

<u>Objeto da Garantia</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Garantia executante construtor	R\$ 3.680	07/09/2020	21/07/2022
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	27/03/2021	23/04/2022
Risco de engenharia	R\$ 2.523.189	01/12/2019	27/09/2021

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Direito de uso - Arrendamento	3.2	15	208
Contencioso x Outras contas a pagar	7	55	-

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora indireta Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.2). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

15.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, os ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

15.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e VI, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

15.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora indireta Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", que inclui credores da Companhia, foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
